

A "Operação Rescaldo"

22 AGO 1988

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

Consagrada pelo presidente José Sarney na última reunião ministerial, a "Operação Desmonte" apresentará um ganho de menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) — equivalente hoje a cerca de CZ\$ 800 bilhões — e é insuficiente para cobrir a perda de receitas que a União terá, de 1,1% do PIB, com os novos dispositivos constitucionais.

Esta é a razão pela qual as autoridades econômicas estão preparando a segunda etapa dos cortes, chamada "Operação Rescaldo", que pretende eliminar do organograma da administração federal algumas dezenas de órgãos públicos e desestimular a permanência de funcionários públicos desses e de outros órgãos que ficarão esvaziados com a "Operação Desmonte", extinguindo vantagens, comissões e cargos

conhecido como DAS (Direção de Assessoramento Superior).

O nó górdio da armação Orçamento para o ano que vem volta a ser as despesas de pessoal, que, segundo cálculos da equipe econômica do governo, será em 1989 quase o dobro da receita líquida do Tesouro Nacional.

Conforme esses cálculos, a receita bruta da União no ano que vem atingirá pouco mais de 8% do PIB — algo próximo de CZ\$ 6,7 trilhões — e a receita líquida (que exclui transferências e encargos da dívida interna) deverá situar-se abaixo de 4% do PIB — ou seja, aproximadamente CZ\$ 3 trilhões —, enquanto as despesas totais atingirão pouco mais de 7% do PIB (CZ\$ 5,7 trilhões).

Entre a receita líquida e as despesas faltaria 3% do PIB, do qual pouco menos de 1% será abatido com a "Operação Desmonte". Assim, entre a "Operação

Rescaldo", o fim de subsídios e o aumento de receitas tributárias, o governo terá de apurar mais de 2% do PIB se desejar efetivamente zerar o déficit do governo central em 1989.

Trocando em miúdos, mesmo com a "Operação Desmonte", faltam CZ\$ 1,6 trilhão, aproximadamente, para anular o déficit operacional do governo central.

As possibilidades de baixar o déficit operacional de 4% do PIB neste ano para 2% para o ano que vem são poucas. A tarefa que envolverá a equipe econômica do governo nos próximos dias, até o encaminhamento do Orçamento de 1989 para o Congresso Nacional, no dia 31 de agosto, será bastante árdua, técnica e politicamente.

As autoridades econômicas, que identificam nos encargos da dívida interna e nas despesas com pessoal as duas fontes mais pesa-

das dos gastos federais, sinalizam que a primeira despesa é incompressível e a segunda terá de ser, inenxoravelmente, atacada. Sabem, também, que a demissão em massa é uma hipótese legalmente afastada.

Na administração indireta, alguns órgãos admitem a demissão, mas são poucos. Um exemplo citado pela área econômica é o da Embrater, que deverá ser extinta. Seus quatrocentos funcionários poderão escolher entre duas alternativas: a demissão ou o fim das comissões, gratificações e DAS.

Além dessas providências, o governo pretende implementar concursos internos para realocar funcionários ociosos — para órgãos como a Receita Federal, carente de fiscais — e manter o congelamento das vagas abertas por aposentadoria ou morte.

Atualmente a administração federal abriga 1,6 milhão de funcionários, sendo que, destes, 500 mil estão empregados na administração direta e 1,1 milhão na indireta, dos quais cerca de 800 mil trabalham no setor produtivo e no setor financeiro. E principalmente nesses dois últimos — setor produtivo e setor financeiro —, assim como no Legislativo e no Judiciário, que se encontram os altos salários. Com a aplicação da Unidade de Referência de Preços (URP) de setembro, segundo informações oficiais, os altos funcionários do setor financeiro estatal estarão recebendo vencimentos de CZ\$ 1,5 milhão e CZ\$ 2 milhões.